



composta pelo conselheiro federal Marco Antônio Becker, pelo representante da Fenam, Márcio da Costa Bichara e pelo conselheiro federal Luiz Salvador Miranda de Sá Júnior, autor da Resolução N° 1627/2001 do CFM, que define o ato médico. As exposições iniciais sobre o tema ficaram a cargo dos relatores dos três Pré-ENEM's das regiões Norte/Centro-Oeste, Sul/Sudeste e Nordeste, que apresentaram as principais recomendações que foram discutidas sobre o tema em suas regiões. Em seguida, o coordenador da Comissão Nacional de Defesa do Ato Médico, o conselheiro Mauro Brandão fez sua exposição. Brandão informou a todos os presentes como está a tramitação do PL 25/2002, que regulamenta o ato médico e afirmou que o importante neste momento é que a classe médica some esforços para demonstrar às outras profissões e aos parlamentares que a regulamentação do ato médico não é uma luta contra os outros profissionais da saúde. "Pelo contrário, a definição do ato médico em lei é uma luta pela Saúde no País. É necessário que se regule o ato médico por duas razões fundamentais: primeira, porque cada profissional deve ter legalmente bem definido o seu campo de atividade, o que implica saber quais

procedimentos profissionais pode realizar legalmente; segunda, porque a sociedade tem o direito de saber o que pode e o que deve esperar dos agentes de cada profissão", concluiu Brandão.

Os trabalhos do segundo dia do ENEM giraram em torno da apresentação dos relatórios finais dos Pré-Enem's das regiões Norte/Centro-Oeste, Sul/Sudeste e Nordeste à plenária. Depois, os integrantes da mesma tiveram oportunidade de mostrar suas proposições. Cid Carvalhaes, do Sindicato dos Médicos de São Paulo, propôs a realização de um evento exclusivo para a discussão do tema. "É preciso debater com grande profundidade a natureza do que se relaciona com o trabalho médico. Temos que contar com assessorias específicas, jurídicas e técnicas, que nos auxiliem na elaboração deste trabalho", disse o dirigente paulista.

Tomando como base dados expostos pela "Pesquisa Perfil do Médico Brasileiro", apresentada no dia anterior, o corregedor do Conselho Federal de Medicina, Roberto D'Avilla, mostrou uma preocupação específica com o setor de emergência dos hospitais. "Mais da metade das demandas contra os profissionais ocorre nas emergências. Temos que olhar com cuidado para este setor, checando e fiscalizando suas condições de trabalho, pois é lá que se concentra o profissional mais jovem e normalmente menos preparado", destacou. Já o dirigente Euripedes Carvalho abordou o que considera uma "tendência" na área da saúde: a terceirização dos serviços profissionais. "Essa prática que está se tornando comum na área médica tem como objetivo driblar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Desta forma, os profissionais ficam frágeis no momento de negociação", salientou.

Confira abaixo o resultado do X ENEM elaborado pelas entidades participantes:

2 - O fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, em seu conceito de atenção integral ao cidadão, garantindo o acesso a todos os níveis de complexidade e resolubilidade, a reversão dos baixos indicadores epidemiológicos de saúde, assegurando a contratação dos profissionais médicos, através de concurso público, com carreira definida, para provimento de cargos dentro do Sistema Único de Saúde, incluindo aí o Programa de Saúde da Família. Deverá ser apresentado ao Congresso Nacional um projeto de lei determinando a implantação do Programa de Saúde da Família em todos os municípios brasileiros. A Assistência Primária à Saúde deverá ser acompanhada de permanente processo de educação continuada dos profissionais que nele atuam, a fim de garantir uma atenção de qualidade em todas as faixas etárias da população brasileira.

3 - Os médicos brasileiros lutarão, com tenacidade, pela implantação de um Plano de Carreira, Cargos e Salários do Sistema Único de Saúde, a ser implementado por todos os Estados da Federação. Deverá ser respeitada a complexidade da carreira do médico, com sua necessária

diferenciação nas atribuições e responsabilidades relativas ao exercício de suas atividades profissionais.

4 - O estabelecimento de um piso nacional da categoria médica, hoje calculado em R\$ 2.711,11, para o período de 20 horas semanais, corrigido pelos índices em vigor.

5 - A urgente revisão da política de criação de cursos de medicina, sem a devida comprovação de sua necessidade social e recursos para sua completa implantação e manutenção. Consideramos fundamental a aprovação de dois projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. Um estabelece o caráter terminativo aos pareceres do Conselho Nacional de Saúde para a abertura de novas escolas médicas. O outro estabelece a concessão de período de moratória, sem autorização de abertura de novos cursos de medicina.

6 - O cumprimento das recomendações resultantes das avaliações oficiais de desempenho de cursos de medicina. Propomos, também, o atrelamento das novas escolas com a oferta de vagas na residência médica.

7 - Implantar a Lista Hierarquizada de Procedimentos Médicos (LHPM), com

o objetivo de valorizar o trabalho médico e regular as relações com as operadoras de planos de saúde. O Sistema de Saúde Suplementar no Brasil carece de um grande debate com a sociedade, buscando a satisfação dos 40 milhões de usuários que dele dependem e dos profissionais médicos que a ele dedicam os seus serviços.

8 - A participação dos médicos em todos os fóruns de gestão e controle social do Sistema Único de Saúde. É fundamental a participação e mobilização durante a preparação da 12ª Conferência Nacional de Saúde.

Desta forma, os médicos brasileiros vêm reafirmar seu apoio ao Sistema Único de Saúde, público, integral, universal e equânime. Como cidadãos brasileiros, mantemos a luta e a expectativa de um Brasil melhor, onde a saúde e o direito a uma vida digna sejam garantidos a todos nós.

Brasília, 30 de maio de 2003.

Associação Médica Brasileira  
Associação Nacional dos Médicos Residentes  
Confederação Médica Brasileira  
Conselho Federal de Medicina  
Federação Nacional dos Médicos